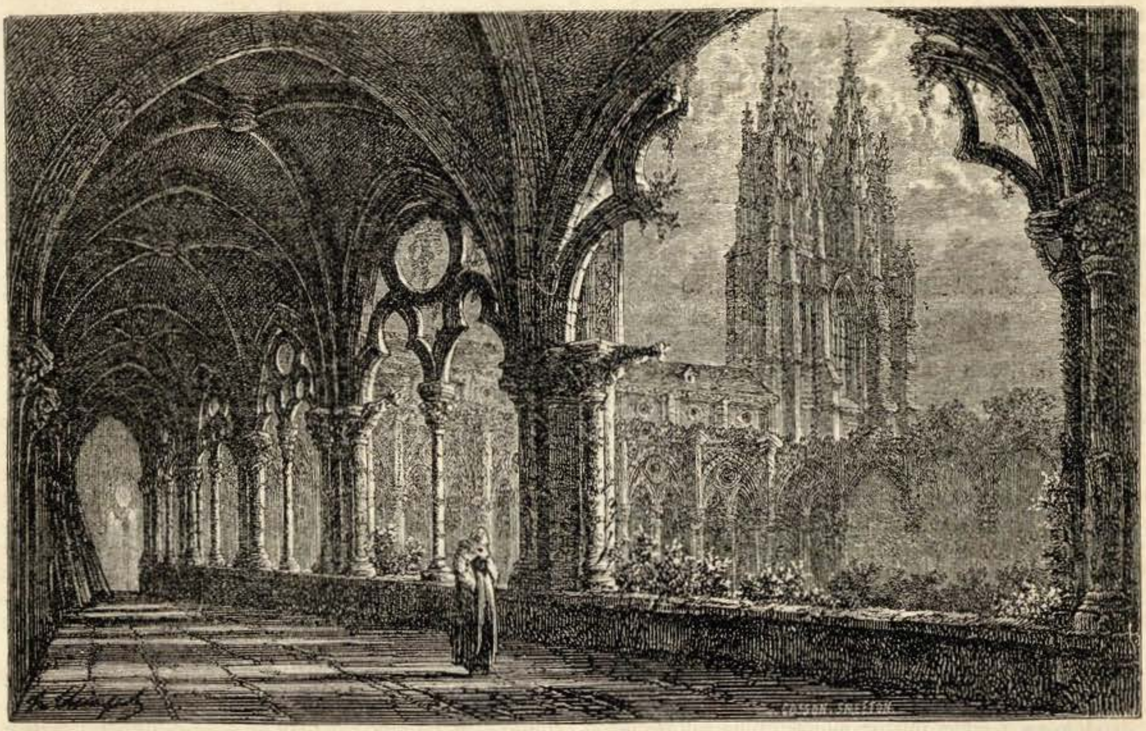


Claustro do mosteiro de S. João das Vinhas, em Soissons

MOSTEIRO DE S. JOÃO DAS VINHAS

No seculo XI existia na cidade de Soissons, em França, uma egreja parochial, mui pequena e de fabrica humilde, com a invocação de S. João do Monte. No seu districto vivia por esse tempo um poderoso fidalgo, chamado Hugo de Chateau-Thierry. Era este fidalgo um dos mais ricos cavalleiros da corte del-rei Filippe I. Herdára avultados bens de seus paes, mas a parte principal da sua riqueza era o fructo de espoliações, de que se queixavam em vão populares e ecclesiasticos. Em quanto o vigor da edade lhe permittiu usar e abusar impunemente da sua força, da sua opulencia e dos privilegios da nobreza, viveu a vida licenciosa a que se entregavam os fidalgos, quasi geralmente, n'aquellas eras de ignorancia e de barbaridade. Logo, porém, que as forças lhe começaram a declinar, vindo os padecimentos recordar-lhe que se aproximava o termo da existencia, pensou então em pôr-se bem com Deus, e julgou que expiaria todos os seus peccados com uma fundação religiosa. N'este proposito, depois de solicitar as licenças necessarias, correndo o anno de 1076, transformou, com grande dispendio seu, a pobre egrejinha de S. João do Monte em um mosteiro de benedictinos, para o qual alcançou del-rei Filippe I o titulo de abbadia real.

Passados doze annos, accrescentou Hugo ás doações com que dotára o mosteiro umas grandes vinhas, que ficavam contiguas á cêrca d'elle, mas já no arrabalde da cidade. O povo principiou desde então a chamar ao mosteiro S. João das Vinhas, e este nome, prevalecendo ao antigo, atravessou os seculos.

Floresceram tanto em virtudes os monges do novo mosteiro, que, ao mesmo passo que iam excitando a devoção e conquistando sympathias, adquiriam, ora por meio de doações, ora por legados, importantes bens, com que se multiplicou o seu patrimonio.

Achando-se, pois, a ordem muito opulenta, e a communidade elevada ao numero de setenta e quatro religiosos, pareceu-lhes pequena e mesquinha a fundação de Hugo. Assim, resolveu em capitulo dar começo a uma reedificação geral. Governava o mosteiro Raul, decimo primeiro abbade, e estava em principios o seculo XIII, quando se lançou a pedra fundamental do novo templo, que foi traçado com tal grandeza, que bem podia servir de cathedral ao maior bispado da França.

Tão colossal era a obra a que o abbade Raul metteu hombros, que, não obstante applicar-lhe a ordem todas as quantias que podia dispensar dos grossos rendimentos do mosteiro, e apesar das continuadas esmolas com que os povos das circumvisinhanças vieram em seu auxilio, só nos fins do seculo XV chegaram as obras a ponto de poder celebrar o bispo de Soissons a dedicação da egreja. Faltavam, porém, a esta para o seu acabamento nada menos que as duas elevadissimas torres da frontaria. Começadas por Pedro de la Fontaine, vigesimo oitavo abbade do mosteiro, que falleceu em 1516, foram concluidas pelo seu successor no anno de 1520.

Do mesmo modo se fabricaram em differentes epochas a sacristia, claustros, dormitorios e as outras officinas do mosteiro.

Ufanavam-se os monges de S. João das Vinhas de terem conservado a austeridade monachal e a regra da ordem em tamanha observancia, que nunca precisaram de reforma; honra que bem poucos conventos desfructaram.

Correram felizes os tempos para o mosteiro até quasi meiado o seculo XVI. A visita de Carlos V, imperador da Allemanha e rei de Hespanha, foi o preludio das infelicidades que, umas após outras, caíram sobre a communidade e sobre o edificio do mosteiro. Carlos V entrou alli não só como adversario dos francezes, mas tambem como inimigo triumphante, que trazia ainda verdes os loiros da victoria, que entregára ao seu alvedrio os destinos da França e a liberdade do seu rei. O vencedor demorou-se alguns dias no mosteiro de

S. João das Vinhas, e ahi assignou, aos 18 de setembro de 1544, os preliminares da paz, por elle imposta a el-rei Francisco I, que ficára seu prisioneiro na batalha de Pavia.

Tres annos depois, foi condemnado o mosteiro de S. João das Vinhas a ser arrasado. Razões estrategicas aconselhavam esse sacrificio, a fim de ficar em melhores condições de defensa a praça de Soissons.

Considerações de veneração e respeito salvaram d'esta vez o sanctuario e monumento artistico.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

A LENDA DO ETHER SULPHURICO

I

Antes da lenda a sciencia. Todos conhecem o ether sulphurico, ainda que não seja senão de nome. Todos sabem que é um anesthesico poderoso, e, com quanto mais fraco que o chloroformio, tem sobre este a summa vantagem de não produzir casos funestos, molestias incuraveis, terriveis vestigios.

A lethargia pelo ether póde durar uma hora e mais sem perigo algum, porque não causa, como o chloroformio, dores de cabeça, angustiamentos de garganta, alteração profunda do systema nervoso e outros morbos.

Tempo virá em que o chloroformio ha de ser empregado outra vez, quando for possivel libertal-o das propriedades perigosas.

Obtem-se o ether misturando em uma retorta acido sulphurico e alcool, e aquecendo em banho de areia até á ebullição.

O alcool obtido assim é impuro, e convem estremal-o das substancias estranhas que o inquinam.

Emprega-se para isso uma dissolução concentrada de potassa caustica e uma distillação em banho-maria sobre uma camada de chlorureto de calcium fundido.

O ether, como o nome está indicando, é mais mobil e leve do que o alcool, com o qual não tem analogia alguma.

O seu gosto é amargo, e exhala um cheiro acre extremamente volatil. Entra em ebullição a 35 graus, e uma corrente de ar vaporisa-o completamente em alguns segundos.

É por isso que, lançado no rosto dos doentes, produz grandissima impressão de frio, a qual é causa ás vezes de uma reacção favoravel.

O ether é muito mais combustivel do que o alcool; inflamma-se subitamente nas proximidades de uma vela, e a sua chamma é esbranquiçada e fuliginosa.

Deve-se, pois, evitar a vaporisação do ether em quarto fechado.

Ainda não ha muitos annos, morreu queimado um novel chimico de grandes esperanças, por ter deixado aberto um frasco de ether.

O ether, quando bebido em bastante quantidade, produz uma embriaguez, que dizem deliciosa, acompanhada de geral quebranto em todo o corpo. A embriaguez, porém, pouco dura, e dissipa-se facilmente.

Dizem Brodie e Orfila que conseguiram matar alguns animaes com o engorgitamento de grandes dóses de ether. Não ha, porém, um unico facto que demonstre a intoxicação etherea, e até hoje não se conhece um só accidente funesto devido ao abuso do ether sulphurico. Fourcroy, notavel chimico francez, bebia um litro de cada vez, para alliviar umas terriveis dores provenientes de um esquirrho nas entranhas. Em virtude d'esta inocuidade é o ether muito empregado nas anesthesias, de preferencia ao chloroformio, o qual, como acima dissemos, deixa ás vezes terriveis e profundos vestigios.

O vapor do ether torna, com effeito, o cerebro inerte e como que entorpecido. Durante este entorpecimento ou lethargia, o paciente é insensivel á dor.

II

Conhecidas as propriedades do ether e a maneira por que se obtem, contemos em poucas palavras a sua lenda.

No anno de 1420 florescia em França um alchimio chamado Basilio Valentim, que era muito respeitado e acatado pela confraria dos que procuravam a grande obra, a panacêa universal, a poeira projectiva, o elixir da vida eterna, a pedra philosophal e outros specimens com que hoje assoma o riso aos labios, e que então, n'essas epochas de fé inquebrantavel e denodo a toda a prova, cavavam profundas rugas no rosto severo e esculptural dos obscuros sabios, cuja vida foi uma investigação porfiosa, um trabalho perpetuo, um tressuar sem descanço.

Hoje é moda mofar dos alchimios e das suas loucas pesquizas, das suas esperanças e illusões. Somos como os filhos prodigos. Mal herdámos as riquezas accumuladas durante seculos de labor, começámos a espalhal-as com mãos profusas, gastámos á folga, como quem encontrou inexhaurivel mina; e em vez de abençoar os antepassados, que levaram a vida a enceleirar e a opulentar-nos, lançámos-lhes ás faces descarnadas o escarneo e o vituperio, e gravámos sobre o tumulo d'elles, em guisa de epitaphio, a mofa e o descredito, e mil epithetos descaridosos.

E, todavia, foram os alchimios os precursores da chimica moderna, d'essa caudal sciencia, a qual, á similhança de um rio magestoso que fertilisa com o nateiro as varzeas e insuas, assim tambem enriquece a humanidade com successivos descobrimentos, e cada dia inventa novas substancias, aproveita novas combinações.

Se os alchimios, esses sublimes ignorantes, não se lançassem, peito a peito, arca por arca, ao terrivel monstro do desconhecido, talvez a civilisação não houvesse attingido ainda a pujança e grandeza, que fazem d'este seculo um monumento de trabalho e audacia.

Basilio Valentim era, pois, muito afamado e nomeado entre os confrades da grande obra, e a sua fama augmentou e cresceu ainda, quando inventou uma panacêa admiravel. Esta panacêa, fabricada com alcool e vitriolo, podia curar todas as molestias e malignas. Por isso foi denominada *oleo de perennidade*. Com ser mirifico remedio contra toda e qualquer doença, dissipava especialmente a melancolia e negros humores, e até a demencia. Carlos IV, rei de França, o mentecapto, tomou o *oleo de perennidade*, o qual não surtiu, pelos modos, grande effeito, porque o pobre rei baixou logo ao sepulchro.

A morte de tão alto senhor lançou no esquecimento a panacêa de Valentim.

O alchimio morreu tambem pouco tempo depois.

Tinha passado um seculo após a morte de Basilio Valentim. Valerio Cordus iniciára-se, moço ainda, nos mysterios da doutrina alchimica.

Pobre, desherdado, pertencendo pelo sangue á *arraya miuda*, que na meia edade era a *anima vilis*, o rebanho da gleba, um pouco inferior aos mastins, rafeiros, lebreus e podengos da matilha senhorial, o joven alchimio ergueu olhos apaixonados para a filha gentil do castellão, do velho fidalgo, o conde de Henneberg.

Se o nobre barão tal soubesse, certo mandaria dependurar o atrevido nas ameias do castello. Os corvos haviam de folgar com o repasto, e a raça vil dos peões ficaria aterrada com tão salutar exemplo.

O fidalgo, porém, era sujeito a terriveis insultos de humor negro, que o immergiam na mais torva e sombria tristeza.

(Continúa) A. OSORIO DE VASCONCELLOS.

LUXO E MAGNIFICENCIA DA CORTE DEL-REI D. JOÃO V

(Vid. pag. 106)

Na manhã do mesmo dia 22 mandaram-se de uma para outra corte os enxovaes das princezas. O da nossa infanta, D. Maria Barbara, princeza das Asturias, foi feito em Paris. Imagine-se qual seria a sua riqueza, sendo o pensamento constante de D. João v deslumbrar a corte de Castella com a opulencia e esplendores da coroa portugueza. Foi conduzido este enxoval em uma galera, seis carros mattos, cinco andas e quinze cargas.

Até para esta conducção se fez programma com ostentoso apparato. Rompia a marcha um piquete de soldados de cavallaria com os clarins na frente. Seguia-se um reposteiro, e logo depois quinze azemolas, ricamente ajaezadas, levando as cargas cobertas com pannos com as armas de Portugal e Castella. Ao lado das azemolas ia outro reposteiro, encarregado de vigiar pela boa ordem da marcha. Atraz das azemolas iam cinco andas, cada uma com seu moço da estribeira, dois liteireiros, e um moço de cada lado. Seguiam-se depois seis carros mattos, e a galera no fim, cada um acompanhado por um moço da estribeira. As andas, carros e galera eram cobertos com ricos pannos com as armas reaes bordadas. Fechavam a marcha um tenente, um alferes e oito soldados de cavallaria.

Com todo este estado entrou em Badajoz Francisco de Andrade Corvo, encarregado de fazer a entrega do enxoval. Apinhoaram-se de povo as ruas do transito, encheram-se de damas as janellas, e a familia real e mais pessoas da corte chegaram ás janellas do paço; em fim, alvoroçou-se e moveu-se toda a cidade, como se se tratasse da sua procissão mais festiva.

Na manhã do dia 23 foi el-rei D. João v com a sua familia á sé, onde o patriarcha de Lisboa officiou de pontifical, e de tarde passou ao Caia, pois que os dois monarchas da peninsula tinham ajustado de se verem ahi novamente n'esse dia. Fôra tambem accordado que para esta conferencia se proscreveria todo o apparato e etiqueta, e que não haveria ceremonia publica. Entretanto, a nossa familia real partiu de Elvas pelas duas horas da tarde em duas estufas, e com tanta criadagem, que foram precisos para a tansportarem dezoito coches.

El-rei D. Filippe v foi mais pontual. Já se achava com a rainha, principes e infantes no palacio-ponte, quando chegou a familia real portugueza. Libertados das prescripções dos programmas officiaes, poderam, em fim, conversar familiarmente, mas sempre de pé. Como da primeira vez que se viram, não trocaram palavra alguma sobre negocios politicos. A caça, divertimento predilecto del-rei D. Filippe v, foi o principal assumpto da conversação entre os dois soberanos, os principes e infantes; em quanto as duas rainhas se entretinham em mais intimos colloquios com as princezas das Asturias e do Brasil, suas filhas.

Os ministros de ambas as cortes, crendo que os seus soberanos pouco teriam que dizer um ao outro, ordenaram, como homens de estado verdadeiramente previdentes, que os musicos e cantores das duas reaes camaras comparecessem no Caia para diversão d'aquelles augustos personagens. Porém suas magestades e altezas acharam tanto enlevo na conversa desprendida da fria etiqueta, que se entretiveram assim até ser quasi noite, com muita magua dos instrumentistas e cantores, que tinham estudado e ensaiado debalde longas peças de musica. Todavia, foi-lhes permittido darem uma breve amostra da sua proficiencia, retirando-se depois as duas cortes.

O dia 24 foi destinado para descanço da familia real, limitando-se as ceremonias e festas a jantar em publico, e ás illuminações, fogos de artificio e serenata, que se repetiram em todas as noites.

A rainha e princeza do Brasil visitaram o convento das religiosas de Santa Clara. El-rei com o principe do Brasil e infantes foram passeiar pelos arrabaldes da cidade. N'este dia deu o secretario de estado Diogo de Mendonça Corte-Real um lauto banquete a muitos fidalgos e altos funccionarios da corte de Castella, entre outros aos duques de Ossuna.

Determinou el-rei, em obsequio da princeza do Brasil, que se fizesse uma caçada de coelhos na pequena tapada de Villaboim, pertencente á casa de Bragança, e não muito distante da cidade de Elvas. Na manhã do dia 25 saiu do paço da cidade a familia real e sua comitiva com o apparato e ordem que se observava nas grandes caçadas em que ia o soberano de Portugal. Descreveremos este prestito como um quadro curioso dos costumes da nossa antiga corte, e que vem adrede ao fim a que nos propozemos. Caminhava, pois, a real comitiva do modo seguinte:

Quatro couteiros, a cavallo, com as suas espingardas; oito trombetas de caça, vestidos de panno verde, tão agaloados de prata que mal se via a côr da libré; doze couteiros, a cavallo, divididos em duas partidas, cada uma de seis, commandada por um monteiro da comarca; sessenta e quatro couteiros, a cavallo, em partidas de oito homens, da mesma fórma commandadas; cincoenta e quatro batedores de matto, a pé, cada um com o seu cão atrelado, e com suas armas e choupas; tres emprazadores; quarenta e sete moços do monte, a cavallo; um china, ricamente vestido e bem montado, com seis cavallos de mão para o monteiro-mór, conduzidos por seis palafreneiros, tambem a cavallo; seis monteiros das montarias reaes; quatorze officiaes ou couteiros das coutadas; trinta e sete monteiros pequenos; o ministro geral das coutadas para expedir as ordens; dois carros para a caça, pintados de verde e prateados, de feitio elegante, e tirado cada um por seis mulas; e duas azemolas para o mesmo fim.

A familia real e mais pessoas da corte partiram da cidade pela uma hora da tarde em uma serie de coches, berlindas e seges. Quando chegaram á tapada de Villaboim acharam formada, como exercito para entrar em batalha, toda a comitiva venatoria, que os tinha precedido. Apearam-se e entraram na matta as pessoas reaes e mais individuos do seu sequito. A um signal do monteiro-mór correram aos seus postos todos os seus subordinados. Em breve formaram um circulo em volta da matta os monteiros, couteiros, batedores e moços do monte, e, assim dispostos, batendo a caça e caminhando para o lado onde estavam as pessoas reaes, fizeram correr e saltar na sua presença infinito numero de coelhos.

Foi grande a mortandade, nem deixaria de ser grande ainda que suas magestades e altezas atirassem com os olhos fechados. A princeza do Brasil, apesar da sua curta edade, tambem disparou alguns tiros com uma espingarda pequena e mui leve, primorosamente incrustada de oiro e prata em delicadissimos lavores. Sua alteza matou dois coelhos, o que serviu de pretexto para todas as damas e fidalgos da corte exaltarem e celebrarem a destreza e pericia da joven caçadora. Para memoria d'este feito ordenou o duque de Cadaval, estribeiro-mór, que fosse embalsamado um dos dois coelhos.

Recolheu-se a Elvas a familia real ao cair da noite.

Fôra ajustado entre as duas cortes que se tornariam a ver, para as despedidas, no dia seguinte, 26, o que se levou a effeito, partindo ambas de Elvas e de Badajoz para o Caia pela uma hora da tarde. Foram com o mesmo estado e acompanhamento que levaram na segunda vez que se visitaram; e tambem dispensaram o ceremonial e etiqueta da primeira visita. Agora foram ainda um pouco além, nas liberdades que tomaram, do que tinham praticado na ultima reunião; pois

que, assim que entraram no palacio-ponte, os reis, principes e infantes de Portugal e Castella abraçaram-se, fallaram e passaram de uma sala para a outra, isto é, de um para o outro reino, sem se embaraçarem com a linha divisoria das duas monarchias. Depois vieram para a sala do meio; sentaram-se, tomando os seus respectivos logares; e em seguida os musicos e cantores das reaes camaras portugueza e castelhana tocaram e cantaram, por seu turno, quatro cantatas italianas.

As despedidas foram muito demoradas e penosas, como era natural entre paes e filhas que se iam separar para nunca mais se verem. Eram sete horas da noite quando os soberanos de Portugal e Hespanha e suas familias partiram do Caia para Elvas e Badajoz.

Assim terminou a mais esplendida e apparatosa funcção que se tem celebrado na peninsula. Das immensas sommas n'ella dispendidas apenas colheu satisfação a vaidade dos soberanos. Os dois povos nada lucraram, continuando nas suas relações a mesma frieza, a mesma desconfiança e rivalidade que sempre, até hoje, os tem conservado em perpetua inimizade. A propria politica dos dois estados não tirou as vantagens que os estadistas apregoavam como fructo d'aquella dupla alliança. Quando, ao diante, se levantaram entre as duas nações interesses contrarios, ou quando se suscitaram meros caprichos entre os governos dos dois paizes, esfriaram-se e interromperam-se as suas relações politicas, e por muitas vezes se quebraram, sem que servissem de penhores de paz e de amizade os laços conjugaes, que em differentes epochas uniram em intimo parentesco a familia de Bragança aos Bourbons de Hespanha.

No dia 27 de janeiro, ás onze horas prefixas da manhã, partiram de Badajoz e de Elvas os soberanos de Castella e Portugal. Aquelles, antes de se dirigirem a Madrid, percorreram as principaes cidades da Andaluzia, que os receberam no meio de regozijos e brilhantes festas. Estes, no seu regresso a Lisboa, foram passar alguns dias no sumptuoso palacio de Villa Viçosa, e ahi offereceram á joven princeza do Brazil o espectaculo de uma caçada de altaneria na grande tapada d'aquelle paço, feita com desusada pompa e apparato.

Com tantos e tão variados festejos foram recebidos os reaes viajantes na cidade de Evora e nas villas de Estremoz, Montemór-o-Novo e Aldeia Gallega, que só chegaram a Lisboa no dia 12 do seguinte mez de fevereiro.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

ILHA DO FAYAL — HORTA

ILHA DO PICO

(Vid. pag. 89)

Concorre muito para a bella perspectiva da cidade da Horta a magestosa elevação do cone volcanico da ilha do Pico, de que ao diante fallaremos.

As ruas da cidade são alegres e ladeadas de edificios, não sumptuosos, mas elegantes. A egreja do antigo collegio dos padres jesuitas, que se vê representada no lado direito da primeira gravura, e que é a matriz, passa pela mais vasta e graciosa do archipelago dos Açores.

No primeiro andar da parte do edificio contiguo á matriz, para o lado do norte, é a casa das audiencias; no segundo andar celebra a camara municipal as suas sessões. Na outra parte do edificio, que fica para o sul, e que na dita gravura se observa unida á egreja, e dividida em tres corpos, tendo o central uma só janella sacada em cada pavimento, e cada um dos lateraes sete janellas de peito no andar superior, estão reunidas todas as repartições, exceptuada a administração do concelho.

As lojas d'este edificio estão destinadas para armazens da alfandega.

Tambem é digna de ver-se a egreja do Carmo, que sobresae na segunda gravura que acompanha este artigo.

Ha no recinto da Horta um abundante mercado, onde se encontram todos os generos alimenticios que é uso venderem-se em taes logares; e um encantador passeio publico, rico de flores e arvoredo, e não menos rico de famosos panoramas, que enlevam a alma e muito a deliciam.

Desde 4 de julho de 1833 goza a antiga villa da Horta fóros de cidade. Concedeu-lh'os o imperador D. Pedro IV, regente do reino em nome da rainha a sr.ª D. Maria II, sendo provedor da comarca da Horta o sr. Antonio José d'Avila, hoje conde d'Avila, presidente do conselho de ministros e ministro dos negocios estrangeiros, natural d'aquella cidade.

A elevação da Horta a cidade previra-a e como que a prognosticou o auctor da historia insulana, quando ao tratar das excellencias do Fayal e da grande cópia de embarcações que demandavam aquelles portos, e que de futuro a elles aproariam, a denominou «linda corte, cheia de muitas e ricas joias e peças, até no luzimento com que se trata e serve.»

Actualmente é a Horta capital da ilha e do districto do mesmo nome.

Tem 3 freguezias, 1:685 fogos e 8:000 habitantes.

Frequentam o seu porto numerosos navios de vela e de vapor nacionaes e estrangeiros. Para se fazer idéa do movimento maritimo alli, transcreveremos do *Almanach do archipelago dos Açores*, repositorio utilissimo de tudo quanto diz respeito áquellas ilhas, escripto pelo nosso excellente amigo e collega Francisco Maria Supico, a nota relativa ao movimento maritimo em 1865, a qual é a ultima publicada.

«Navios existentes em 1 de janeiro, 9; entrados durante o anno, 340. Total 349. Saíram em todo o anno 340; foram condemnados 2; naufragou 1; existiam no porto em 31 de dezembro, 6.

«As 340 embarcações saídas pertenciam ás seguintes nacionalidades: portugueza, 142; ingleza, 65; brasileira, 2; americana, 106; hespanhola, 4; franceza, 10; italiana, 5; hollandeza, 1; sueca, 1; prussiana, 1.

«D'estes navios empregaram-se exclusivamente no commercio 185. Os restantes entraram por escala ou arribada.

«Das embarcações empregadas no commercio foram: portuguezas, 178, incluindo 72 barcos sem coberta; inglezas, 40; brasileiras, 2; americanas, 5. Mediam 21:891 toneladas, e conduziram 1:567 passageiros.

«Nas que tocaram por arribada incluiram-se 88 baleeiras a depositar azeite ou a tomar mantimentos; 18 navios de vela a reparar avarias; 20 a tomar mantimentos; e 29 vapores a tomar carvão e mantimentos, sendo 19 de guerra e 10 mercantes.»

Nos nove annos decorridos, de 1857 a 1865, entraram com avaria no porto da Horta 115 vapores e 156 navios, cujas toneladas sommam 255:880.

Os generos que em maior quantidade exporta o Fayal pela Horta são a laranja, principalmente, para a Inglaterra e para a America; azeite de spermaceti; manteiga; coiros verdes; obras de palha, chapeos e bordados; algumas vezes trigo.

Ha na Horta, desde 1852, uma machina de vapor da força de 8 cavallos, alta pressão, trabalhando horisontalmente, a qual veiu de Londres e serve de motor a tres apparelhos de fazer pregos e a tres pedras de moagem. Tem appenso um forno de cozer pão e bolacha.

Em 12 horas de trabalho faz 1:400 libras de pregos; moe um moio de trigo e um de milho, e póde, em 24 horas, cozer um moio de pão ou bolacha.

É notavel pela perfeição e pelos consideraveis va-

lores que representa, e ainda mais, talvez, por ser em grande parte exercida por mulheres, a industria dos bordados brancos, e de palha e pita, a da trança de palha para chapeos, a dos chapeos de homens e senhoras, e a das esteiras de junco; e bem assim a das cestas e outros objectos de vime, ao fabrico dos quaes se dedicam especialmente homens. Não são estas industrias, e mais algumas que não mencionâmos, peculiares da cidade; mas ha alli muitos que as exercem e por alli se exportam em grande quantidade.

É curiosa a noticia que o nosso bom amigo Supico, a quem já nos referimos, e que nos seus excellentes almanachs nos subministrou as bases d'este artigo, apresenta do rendimento da alfandega da Horta n'um periodo de treze annos. No decennio de 1853-1854, e 1862-1863, rendeu, termo médio, 46:109$870 réis por anno; em 1863-1864, rendeu 41:494$246 réis; em 1864-1865, rendeu 51:200$776 réis; e em 1865-1866, rendeu 72:047$829 réis.

O augmento da receita d'aquella casa fiscal no ultimo anno citado foi devido, segundo a opinião do sr. Supico, aos direitos sobre tabaco, ao excesso de importação de mercadorias estrangeiras, e á somma produzida pelo despacho de fazendas salvadas de um vapor inglez que naufragou na ilha do Pico.

Ha na Horta, desde 1863, um tribunal do commercio de primeira instancia, que se compõe de seis jurados e tres substitutos.

No intuito de tornar mais seguro o famoso porto da Horta, onde, como fica dito, concorrem embarcações de quasi todas as partes do mundo, decretaram as côrtes em 1864 a construcção de uma doca, e para occorrer a esta despeza se estabeleceu um imposto cobravel na alfandega da mesma cidade, o qual em 1865 produziu 1:464$663 réis; e em 1866 a importante quantia de 9:274$270 réis.

Não desconhecem os habitantes da Horta as vantagens que lhes hão de advir do derramamento da instrucção, e por isso alguns d'elles, cujos nomes muito sentimos não poder aqui citar, organisaram uma associação que tem por fim manter uma aula nocturna de instrucção primaria para individuos do sexo masculino. Escholas primarias para homens, sustentadas pela nação, ha-as em todas as freguezias da cidade, e talvez já hoje em todas as do districto; escaceavam ainda ha pouco para meninas, o que muito é para lastimar.

O lyceu de segunda classe que alli existe é regularmente concorrido.

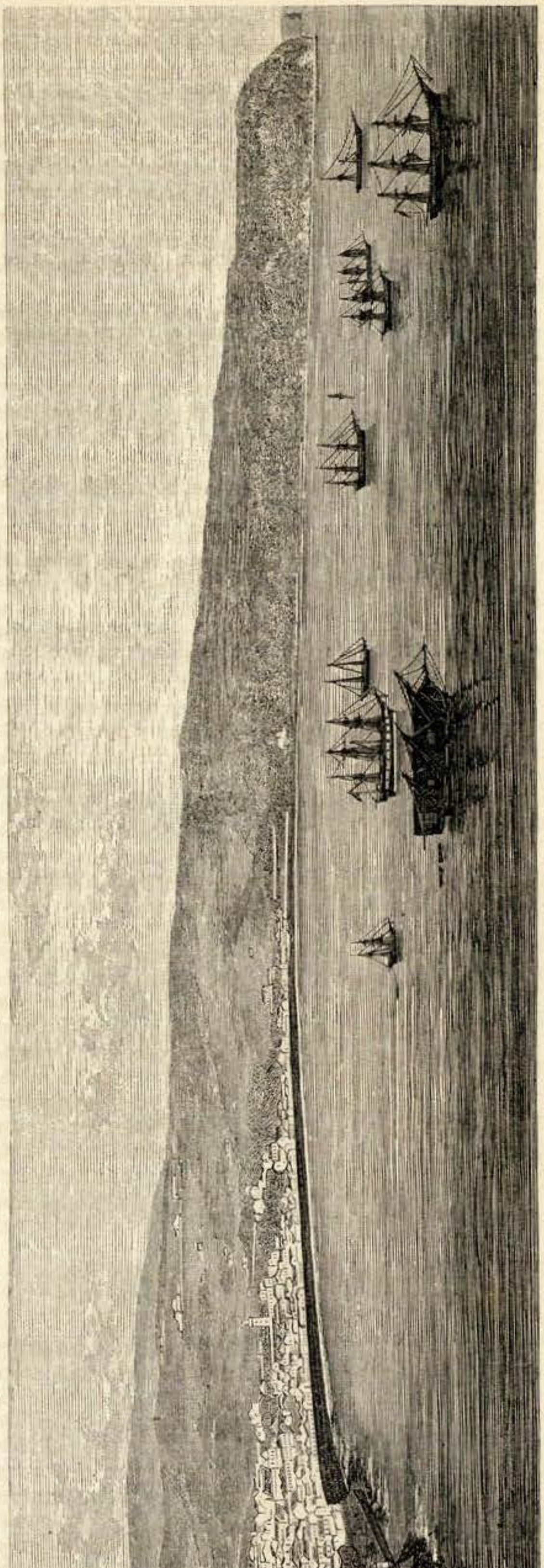
Em tempo decretou-se a creação de uma bibliotheca publica na Horta, para a qual foram de Lisboa bastantes livros. Obstou á realisação de tão civilisador pensamento a falta de casa apropriada; e suppomos que ainda hoje os hortenses estão privados do beneficio d'aquella instituição.

Foram mais felizes relativamente á imprensa, que entre elles se estabeleceu em 1855, pela iniciativa do sr. João José da Graça Junior, e que tem servido para a publicação de alguns periodicos, entre os quaes sobresaem o *Fayalense* e o *Atlantico*.

Sete annos depois de ter penetrado a imprensa na cidade da Horta, em 1862, realisou-se alli um grande melhoramento social. Creou-se uma caixa economica.

Deve-se este relevante serviço aos seguintes cavalheiros: Antonio Garcia da Rosa Junior, Francisco Peixoto Lacerda Costa Rebello, João José Paim da Terra Brum, José Affonso Botelho de Andrade de Camara e Castro, Laureano Pereira da Silva, Manuel Garcia da Rosa, Manuel José Sequeira, Manuel Maria da Terra Brum e Roberto Augusto de Mesquita Henriques.

Fiquem estes nomes expostos á veneração dos que d'aquelle instituto colherem directa ou indirectamente algum dos muitos beneficios que póde prestar a todas as pessoas, qualquer que seja a sua posição social, e



Segunda vista da cidade da Horta

muito especialmente ás que, pela tenuidade de seus ganhos, necessitam ir pouco a pouco juntando pequeninas parcellas para os apertos da vida, para a educação dos filhos, para dote de suas filhas, e para mil outras applicações uteis.

Não nos sendo possivel indicar o movimento progressivo d'aquelle estabelecimento de credito, transcreveremos para aqui a passagem do relatorio da direcção no anno de 1866, a qual habilitará o leitor para ajuizar do engrandecimento de um instituto que contava na epocha a que nos referimos quatro annos de existencia:

«O movimento n'este anno (falla a direcção) chegou á somma de 39:050$905 réis, comparativamente maior que nos annos anteriores; os depositos entrados realisaram 11:401$230 réis; os emprestimos montaram a 30:629$265 réis; no dia 31 de dezembro ficou constituido o debito da caixa no total de 11:612$880 réis, pelos capitaes e premios divididos aos depositantes; os lucros foram de 1:284$610 réis, incluindo o de réis 482$005 do presente anno.»

O seu credito até á data do relatorio a que nos referimos foi de 12:897$490 réis.

Os depositos foram effectuados por 275 depositantes, e os mutuos feitos a 435 concorrentes.

Não faltam na cidade da Horta estabelecimentos pios, onde os enfermos, os velhos e os infantes pobres encontram consolações e amparo. Floresce alli, como em quasi todas as terras portuguezas de alguma importancia, uma irmandade da misericordia, que tem de existencia trezentos e setenta annos. O fim principal d'aquelle pio instituto é sustentar um hospital para pobres. Occupa a misericordia o convento que foi dos franciscanos, representado á esquerda da nossa primeira gravura.

No hospital tratam-se annualmente 650 a 700 doentes.

Em 1843, sendo governador civil do districto, fundou na Horta o sr. Antonio José Vieira Santa Rita um asylo de mendicidade para desvalidos de ambos os sexos, para cuja sustentação concorrem, além dos bemfeitores, as confrarias da ilha do Fayal e a misericordia.

Tambem á iniciativa do sr. Santa Rita devem os hortenses a instituição do asylo de infancia desvalida do infante D. Luiz, que recebe e patrocina meninas desamparadas. Vive este sympathico asylo de esmolas.

Existem na Horta dois theatros. Um, denominado *União Fayalense*, foi construido a expensas do sr. João de Bettencourt de Vasconcellos Corrêa d'Avila e de alguns amigos seus. Tem sala vasta e elegante, uma ordem de camarotes, e galeria, em que se accommodam á larga quatrocentos espectadores.

O outro, chamado *Theatro dos Artistas*, pertence aos operarios, que nas suas horas de descanço se entregam ao cultivo da arte dramatica. Tem logares para cento e cincoenta pessoas.

Os brios militares e o acrisolado amor á liberdade são prendas communs nos habitantes d'aquella cidade, e que não devemos deixar no escuro. Todas as vezes que a patria tem necessitado o auxilio d'aquelles leaes e esforçados servidores, tem-os encontrado briosos e decididos a sacrificar-lhe tudo.

Em duas epochas notaveis, antiga uma, outra recente, se assignalaram elles e se mostraram dignos de todo o elogio. Em 1641, coadjuvando energicamente os seus irmãos de Angra na expulsão do hespanhol oppressor; em 1821, secundando o grito liberal soltado na heroica cidade do Porto.

Na sua viagem do Brasil para Portugal, o sr. D. Pedro IV visitou o porto da Horta, em maio de 1831, a bordo da fragata ingleza *La Volage*, e foi aquella cidade a primeira terra do archipelago açoriano a que aportou, dirigindo-lhe algumas palavras escriptas. Mezes depois foi alli novamente e demorou-se alguns dias.

Tambem el-rei o sr. D. Luiz esteve na Horta, em 1858, sendo ainda infante.

Commemoram muito especialmente alguns auctores, que se tem occupado das coisas da cidade da Horta, a nobreza de muitos de seus primeiros povoadores. D'aquelles varões procedem não poucas familias distinctas, que ainda hoje existem no districto, no archipelago, e, certamente, em varias outras terras do reino.

Quem a este respeito desejar copiosas noticias leia a *Historia insulana* do padre Antonio Cordeiro.

(Continúa) SOUSA TELLES.

D. CATHARINA DE BRAGANÇA

(Vid. pag. 59)

Vamos entrar na mais ardilosa de todas as negociações que se entabolaram para o casamento da filha del-rei D. João IV.

O noivo agora é Luiz XIV, o que deu nome ao seu seculo, como Pericles, Augusto e Leão X. Tinha então dezesete annos.

Está por escrever a inacreditavel historia d'este projectado casamento, de que as nossas chronicas apenas fazem menção, e que só é conhecida depois das investigações que o visconde de Santarem fez nos archivos de França, para esboçar o *Quadro das relações politicas de Portugal com as diversas potencias do mundo*. Pelo que elle publicou se podia já romancear esta negociação, á similhança de Guizot no seu livro intitulado: *Un project de mariage royal*. Nós, porém, limitâmo-nos ao estudo que fizemos para summariar as negociações que houve, durante quatro annos, sobre este assumpto.

Começaram ellas em 1655, quando o casamenteiro da nova dynastia, o padre Antonio Vieira, voltava para o Maranhão. Mas, como dizia o celebre diplomata Francisco de Sousa Coutinho, n'uma carta escripta de Paris por aquella epocha [1], «não ha casamento se não entra n'elle um frade», a corte de Lisboa substituiu o padre Vieira por fr. Domingos do Rosario, confessor da rainha D. Luiza, homem de saber e mui destro politico.

A vida d'este frade vem escripta por menor na *Historia de S. Domingos*, na parte que já não é da suave penna de fr. Luiz de Sousa. Ahi se diz que era irlandez, que passára a Hespanha, e lá tomára o habito de S. Domingos, doutorando-se em theologia, cuja cadeira regeu em Lugo. Veiu a Portugal, quando Filippe IV nos dominava, para aqui fundar um convento de freiras da sua nação (o do Bom Successo, a Pedrouços).

Fr. Pedro Monteiro, no *Claustro dominicano* [2], accrescenta que el-rei D. Filippe IV enviára fr. Domingos do Rosario por seu embaixador ao rei de Inglaterra Carlos I, e por enviado ao papa Innocencio X.

Depois da acclamação del-rei D. João IV, serviu este soberano com a mesma fidelidade (diz aquelle auctor) com que havia servido Filippe IV.

Por duas vezes foi a França tratar do casamento da infanta D. Catharina com Luiz XIV; a primeira ainda no tempo de D. João IV, e a segunda no da regencia da rainha D. Luiza. E tal reputação tinha na corte, que esta princeza o nomeou do seu conselho e ministro assistente ao despacho, não resolvendo ella nenhum negocio sem o consultar, e, pela grande confiança que d'elle fazia, todos os negocios do reino lhe passavam pelas mãos.

Este religioso teve muita acceitação na corte de França, mórmente do cardeal Mazarino; e o embaixador conde de Cominges, escrevendo-lhe de Lisboa, dizia que fr. Domingos era o homem de maior capacidade que tinha Portugal. Outros o tacham de grande ambicioso; e tanto que se não contentava com a privança

[1] Mss. da academia real das sciencias de Lisboa.
[2] Lanço III, pag. 193.

do paço e com a influencia que tinha nos negocios, aspirando a governar exclusivamente; e que se lhe não fôra obstaculo a sua qualidade de estrangeiro (que sempre conservou), conquistaria em Portugal o mesmo poder que o cardeal Mazarino exercia em França. É certo, porém, que recusou a cadeira de prima na universidade de Coimbra, o bispado de Tanger, o arcebispado de Goa, e o ser confessor da rainha da Gran-Bretanha (D. Catharina de Portugal), e do seu conselho, sendo para isso convidado por el-rei Carlos II. Acceitou por ultimo a mitra de Coimbra, que a esse tempo rendia setenta mil cruzados, para com este rendimento acabar o convento do Bom Successo, e fazer a obra do collegio do Corpo Santo, cuja fundação obteve da rainha regente, que pagou o chão, e lhe concedeu terem os missionarios até cinco mil cruzados de renda.

Tal era o homem que succedeu ao padre Vieira, no periodo da sua ausencia no Brasil.

E para que bem o fiquemos conhecendo, devemos accrescentar, que nas biographias estrangeiras anda este frade com o nome de Daniel O'Daly, que deveu ter antes de professar; porque nos negocios seculares assignava-se unicamente fr. Domingos do Rosario, e só n'uma das obras que imprimiu em latim põe fr. Dominicus de Rosarium O'Daly. O auctor da *Coimbra gloriosa* [1] diz que elle era descendente dos *reis pequenos* da Irlanda e chefe da familia O'Daly. Falleceu em 30 de junho de 1662, e foi sepultado no collegio dos missionarios irlandezes, ao Corpo Santo, que elle fundára em 1659.

Agora que já conhecemos o negociador, vamos dar vista das negociações.

Não conseguimos apurar se a proposta d'este casamento veiu da França ou foi de Portugal. Os nossos historiadores inculcam esta ultima hypothese; mas, pelo desenlace, julgâmos que foi artimanha do cardeal Mazarino, para obrigar Hespanha a fazer a paz com a França, para elle se vingar do principe de Condé, que militava no exercito hespanhol, dando por premio da nova alliança a mão de Luiz XIV á infanta de Hespanha, Maria Theresa, herdeira de Filippe IV, o que a final conseguiu o astuto cardeal.

Como quer que fosse, o que sabemos é que em abril de 1655 chegou a Lisboa o cavalheiro de Jant, embaixador de França; e nas instrucções que trazia liam-se estas clausulas:

Que significasse a el-rei de Portugal, que quando a infanta sua filha estivesse em estado de casar [2], o cardeal (Mazarino) faria o possivel para que el-rei, seu amo, considerasse o proveito que offerecia aquella alliança.

Que faria (o embaixador) por fallar quantas vezes podesse com a infanta; e observaria com particularidade o seu espirito, juizo, talhe, gestos e palavras; e se informaria por alguns criados e officiaes, se não havia alguma coisa que dizer de sua pessoa ou em seu corpo, por defeito de nascimento; e faria por haver dois retratos d'ella, um em grande e outro em pequeno.

O mesmo embaixador de Jant trazia poderes do cardeal Mazarino para fazer um tratado de liga entre Portugal e a França contra Castella, sobre o que houve muitas consultas de estado, a que assistia fr. Domingos do Rosario; e n'um dos dias de conselho, estando doente, á sua cella, no collegio do Corpo Santo, foram os ministros e o proprio embaixador da França. Esta potencia pedia a Portugal doze navios mantidos á custa d'este reino, e um subsidio annual de dois milhões de escudos; mas como se lhe objectou que Portugal não podia dispensar nenhum dos navios da sua armada, que trazia na defesa das possessões ultramarinas, estipulou-se que Portugal elevaria o subsidio a dois milhões e quatrocentos mil cruzados; e que, além do que gastava na guerra das fronteiras, applicaria mais todos os annos trezentos e cincoenta mil cruzados para um pé de exercito consideravel, que opportunamente entrasse em Castella com as tropas del-rei de França.

Tal era o preço da liga que nos propunha Mazarino, dando-nos apenas a faculdade de *tirar* de França, *á nossa custa*, officiaes, engenheiros, cabos e machinas de guerra.

N'este tratado não se fallava no casamento da infanta. Mas foi então que el-rei D. João IV nomeou fr. Domingos do Rosario seu enviado a França, para ir juntamente com mr. de Jant solicitar a ratificação do tratado, o que se não conseguiu, porque o cardeal declarou que de Jant havia excedido as suas instrucções.

Durante as conferencias em Lisboa com este ministro de França, para a redacção do tratado de liga, e depois da partida de fr. Domingos do Rosario para Paris, houve uma serie de cartas del-rei D. João IV e da rainha D. Luiza para Luiz XIV e para o cardeal Mazarino, que o visconde de Santarem achou nos archivos de França, e em nenhuma d'ellas se allude sequer ao casamento. Porém, n'um despacho de mr. de Jant para o cardeal Mazarino, em setembro de 1655, lhe envia juntamente uma cópia das razões allegadas pela rainha D. Luiza nas conferencias que sua magestade tivera com elle embaixador.

N'esse papel, escripto e arrazoado com superior habilidade politica, e ainda notavel pela altivez da phrase, se lê este periodo:

«Que a França lhe fazia esperar que quando se tratasse do casamento del-rei (Luiz XIV) se teria particular consideração com a infanta sua filha; que elle de Jant podia fazer conceito da sua belleza, pois a tinha visto; mas que sendo esta a menor de suas qualidades, e sendo a intenção do cardeal dar a el-rei de França uma mulher de condição branda, submissa e obediente, era Catharina, sua filha, o abbreviado de todas as perfeições; de sangue tão illustre como qualquer da Europa, e digna só de um rei de França. Que, todavia, soubera com bastante displicencia que a frustravam d'aquella esperança, tomando por pretexto o procedimento de Portugal [1]; mas que a tudo nos deviamos resignar n'este mundo: que se não houvesse para a infanta sua filha reis na Europa, não lhe faltariam conventos em Lisboa, onde ella por menos de dois milhões [2] poderia entrar para servir a Deus o restante de seus dias.»

Achavam-se n'este ponto as negociações com a França, quando falleceu D. João IV, a 6 de novembro de 1656, ficando a rainha D. Luiza regente do reino durante a menoridade de D. Affonso VI, que a este tempo contava apenas treze annos.

Luiz XIV enviou a Portugal por seu embaixador o conde de Cominges, a dar os pezames á corte de Lisboa pela morte del-rei D. João. E ao mesmo tempo a rainha D. Luiza nomeia fr. Domingos do Rosario por seu plenipotenciario, para ir expressamente tratar do casamento da infanta D. Catharina com Luiz XIV, rei de França, e pedir uma armada para segurar a barra de Lisboa, e mil cavallos para reforçar o exercito do Alemtejo.

O dote da infanta eram dois milhões de cruzados e a praça de Tanger.

Não contentaram ao cardeal Mazarino estas clausulas, porque elle queria uma praça maritima em Portugal para ancoradoiro das esquadras de França.

A mesma pretenção havia já manifestado o cardeal antes da paz de Munster, porque o padre Vieira, n'uma

1 Mss. da bibliotheca nacional de Lisboa.
2 D. Catharina tinha já 17 annos.

1 Não activar a guerra contra a Hespanha pelo modo indicado pela França.
2 Era o dote que se lhe havia estipulado.

consulta que lhe fizera o marquez de Nisa, nosso embaixador em Paris, diz-lhe que antes se dê Mazagão que Tanger, porque os cavalheiros de Africa eram todos nascidos e casados n'esta ultima praça, «e obrigal-os (accrescenta) a que fiquem subjeitos a rei estranho, é coisa em que intendo não virão nunca. Nada nos aproveitará darmos-lhes agora Tanger senão para depois nos pedirem Lisboa, se quizermos nos soccorra poderosamente.»

Tanto elle conhecia a perfidia do cardeal!

(Continúa) A. da Silva Tullio.

OS DUELLOS

Ha uma contenda entre dois homens. Estes homens encontram-se e batem-se. É natural. Os irracionaes fazem outro tanto. Odiar quem nos odeia, verberar quem nos verbera, castigar quem nos insulta, é o effeito do instincto. Os combates singulares tem a sua origem em a natureza; é um uso tão antigo como a sociedade. Os primeiros socos julgâmos que se seguiram aos primeiros afagos. O primeiro dos combates é o principal capitulo da historia dos primeiros irmãos.

O combate em que morreu Abel não foi um duello, mas antes um recontro, porque não houve de um lado a resistencia necessaria para dar ao acto o caracter de um combate singular.

O combate entre dois homens não póde rigorosamente chamar-se duello senão quando é o resultado de uma provocação e o effeito de um ajuste commum, em que intervem outros homens, como padrinhos, para a escolha de dia, de campo, de armas, etc. Nada impedia que os homens se matassem sem accordo prévio; mas a cortezia exigiu que houvesse accordo com determinadas formalidades. Ganhou porventura a humanidade com tal cortezia?

Principia aqui a historia do duello. Deve-se a dois irmãos este lugubre invento. O primeiro duello de que ha memoria foi o de Eteocles e Polynices, que se mataram proximo das muralhas de Thebas, 1228 annos antes da era christã. No fim do mesmo seculo, em 1209, houve outro duello notavel, entre Páris e Menelau, junto das muralhas de Troia. Um, depois de doze annos de posse, batia-se para conservar a amante; e o outro para reconquistar a mulher ao cabo de doze annos de privação. São factos dos tempos heroicos.

Os duellos são pouco frequentes entre os hebreus. Não assegurâmos que se encontre na historia outro além do de David e Golias. Sabe-se o que succedeu. Uma criança com uma pedra anniquilou um gigante armado de ponto em branco, o que veiu provar que os grandes não podem desprezar os pequenos, nem os fortes desdenhar dos fracos.

Encontram-se na historia romana muitos exemplos de duellos. Ora é Manlio que briga com um gaulez e lhe tira o collar; ora é Corvino que tambem alcança triumpho contra um gaulez em combate onde o auxilia um corvo.

O mais celebre dos duellos romanos é, por sem dúvida, o que se deu entre os Horacios e os Curiacios. A causa e o resultado são conhecidos. Era para a emancipação da cidade natal; era para a escravidão da cidade rival que os seis heroes combatiam. Contenda geral, e não pendencia particular, tinha-os obrigado a lançar mão das armas. Cada um dos contendores representava um povo: Roma vencia com Horacio; Alba foi vencida nos Curiacios.

Esta é a razão constante dos duellos entre os antigos. Dependia a sorte de Troia do duello entre Páris e Menelau; e a liberdade de Israel estava no duello de David e Golias.

Assim os antigos poupavam o sangue humano, abbreviavam as guerras, que de outra fórma acabariam, como hoje, com a exterminação ou absorpção de uma das nações belligerantes. Tinham n'isto mais bom senso que nós.

Nos tempos modernos, os duellos não só não pozeram termo ás guerras, mas tem ensanguentado a paz.

Foram os barbaros do Norte que, escravisando as provincias romanas, introduziram n'ellas o tristissimo uso, a que a ferocidade d'aquelle povo recorria em qualquer circunstancia, quasi sempre para desenlace de interesses particulares e muitas vezes miseraveis.

A Europa, pelo espaço de doze seculos, foi dizimada pelos duellistas, e os legisladores occupavam-se antes em formar um codigo do duello, do que em condemnal-o e punil-o. A lei, que estabeleceu muitos outros absurdos, indicava os casos em que podia recorrer-se ao duello, e legalisava o que era apenas tolerado. Desde então o duello decidiu todos os pontos duvidosos a respeito de jurisprudencia, de theologia, de amor e de vaidade.

É, com effeito, no amor proprio que existe a causa da mania do duello. Portanto, deve combater-se esta mania com o amor proprio. Conseguir-se-hia preparando a opinião publica contra um uso que foi acceito por toda a parte. Conseguir-se-hia incitando o escarneo publico contra uma loucura que se propagou com applausos geraes. Já que o rigor nada tem podido obter, combatamol-o pelo ridiculo.

Figura-se-nos bastante ridiculo ver um homem offendido pedir ao acaso reparação de offensa que nos tribunaes podia exigir e receber. Tal homem illudiu ou desencaminhou tua mulher ou tua filha, e levou a desordem e a desolação ao seio da tua familia; e para teres direito de castigar esse homem, é mister que te arrisques a ser assassinado por quem te offendeu, e que vás pedir-lhe *satisfação!*

Ha uma caricatura ingleza que representa bem as consequencias de um duello provocado por uma causa similhante. Dois homens, no campo, apontando as pistolas, atiram ao mesmo tempo. A sorte, que quasi sempre se mostra tão justa como os homens, não favoreceu o que foi offendido. Assassinado pelo homem que o injuriou, o mallogrado marido ou pae expira, dizendo: — Estou satisfeito!

Resume-se n'este exemplo o que o duello tem de barbaro e absurdo.

O que é um espadachim? Um miseravel que entre as diversões do jogo e das orgias se exercita nas armas, e que se encontra prompto para desafiar todos contando com o triumpho e com a impunidade. Nada tem que perder, porque a honra e a vergonha não lhe pesam nem o incommodam. Mas será o espadachim tão animoso no campo das batalhas? Não: porque alli não conhece as balas que o podem ferir, nem aparará os golpes que podem matal-o.

É, comtudo, tamanho o imperio dos preconceitos, que, apesar de combatermos o duello, devemos confessar que ha casos em que é mui difficil evital-o. Não estamos ainda no tempo em que Themistocles podia dizer, curvado ao bastão de Eurybiades: «Bate, mas ouve!», e conservar no exercito a consideração que gozava. O militar que, tendo recebido uma bofetada, désse a outra face, como o Evangelho aconselha, ganharia, por sem dúvida, o ceo, mas seria desprezado pelos seus camaradas.

Ha tempos foi morto em duello um homem que era geralmente estimado. Batêra-se com um duellista conhecido. Depois do facto, perguntava-se: «É possivel evitar os duellos?» É. «Como?» Fazendo uma lei em que se estabeleça que será castigado como assassino o duellista de profissão que matar alguem em duello; e que será absolvido todo aquelle que, sendo provocado por um duellista, o matar em duello, porque usou do direito de defesa e livrou a sociedade de um mau individuo.